



# **GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA DE TECELAGEM TRADICIONAL DE RESENDE COSTA (MG), BRASIL**

**Pamela Torres de Oliveira<sup>1</sup>**  
**Gustavo Melo Silva<sup>2</sup>**  
**Magnus Luiz Emmendoerfer<sup>3</sup>**

## **Resumo**

O desenvolvimento local tem como ponto de partida a necessidade que as pessoas e os grupos, no seu local, têm de sobreviver e, para isso precisam de trabalho e de realização de trocas de bens e serviços. Este artigo tem por objetivo a descrição de evidências de desenvolvimento local e de governança de um mercado local de tecelagem tradicional no município de Resende Costa – MG. Para tanto, foi focado, a partir da fundamentação teórica acerca de desenvolvimento local e estrutura de governança, as particularidades e os conflitos de interesses existentes nesse mercado. O pressuposto que orientou a análise foi o de que não existem formas de coordenação (governança) capazes de articular os interesses dos diversos atores envolvidos na atividade da tecelagem tradicional desse município. Conclui-se que o desenvolvimento nesse município é apenas econômico e encontra-se concentrado, não dando conta de, por si só, promover a articulação dos interesses e perspectivas entre todos os atores envolvidos neste mercado local.

---

*Recebimento: 25/7/2014 • Aceite: 11/9/2015*

<sup>1</sup> Especialista em Gestão da Produção. Universidade Federal de Viçosa, MG, Brasil. E-mail: pamelapam.oliveira@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), MG, Brasil. E-mail: gustavomelosilva@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Doutor em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm) do Departamento de Administração da Universidade Federal de Viçosa – UFV, MG, Brasil. E-mail: magnus.emmendoerfer@gmail.com

**Palavras-chave:** Governança local; Artesanato têxtil; Indústria criativa; Minas Gerais

## **GOVERNANCE AND LOCAL DEVELOPMENT IN THE CONTEXT OF THE TRADITIONAL WEAVING INDUSTRY IN RESENDE COSTA (MG), BRAZIL**

### **Abstract**

As its starting point, local development's need for people and groups in the area to survive generates a demand for jobs and exchanges of goods and services. This article aims to describe evidence of local development and governance of the local market of traditional weaving in the city of Resende Costa - MG. Therefore, it focused on theoretical reasoning regarding local development and governance structure, as well as the particularities and conflicts of interest in this market. The assumption that guided the analysis was that there are no forms of coordination (governance) able to articulate the interests of different stakeholders involved in the traditional weaving activity in this city. It is concluded that the development in this county is only economical and is concentrated, not giving an account itself to promote the articulation of interests and perspectives among all stakeholders involved in this local market.

**Keywords:** Local governance; Textile crafts; Creative industry; Minas Gerais

## Introdução

Uma questão que vem recebendo crescente atenção no debate sobre fenômenos de desenvolvimento local, diz respeito às características das formas de coordenação, promoção e participação de diversos atores sociais na atividade produtiva responsável pelo desenvolvimento local que tem como ponto de partida a necessidade que as pessoas e os grupos, no seu local, têm de sobreviver e, para isso, precisam de trabalho e de realização de trocas de bens e serviços. Para que essa dinâmica aconteça, é necessário que se pense em iniciativas que sejam capazes de viabilizar e tornar concretas alternativas de desenvolvimento local. O estabelecimento de estruturas de governança emerge como uma prática apropriada para cenários caracterizados pela existência de conflitos de interesses que impõem obstáculos ou limitam o planejamento do desenvolvimento local.

A junção da temática de desenvolvimento local à temática de governança foi explorada neste artigo por acreditar que é possível visualizar um processo de desenvolvimento econômico local em um sistema produtivo, todavia, se esse processo for conduzido de forma não coordenada e sem a participação de vários atores, configura-se em tipo de desenvolvimento que contempla apenas a esfera econômica e que favorece poucos que se apropriam e se beneficiam do excedente de capital, gerando concentração de poder.

A partir da fundamentação teórica acerca de desenvolvimento local e práticas de governança, o artigo buscou compreender o processo de desenvolvimento do mercado da tecelagem tradicional no município de Resende Costa - MG, também conhecida como uma indústria criativa artesanal têxtil (SILVA, EMMENDOERFER e NEVES, 2009). Para tanto, identificou-se os grupos envolvidos na atividade têxtil, as formas de interação entre os agentes locais e os reflexos dessas sobre o desenvolvimento local. Verificou-se ainda nos dados de Silva (2010) indícios da existência de formas de cooperação (governança) que estejam contribuindo para o desenvolvimento do mercado local de forma participativa e sustentável.

O pressuposto defendido neste artigo foi o de que não existem práticas, políticas, estruturas ou formas de coordenação (governança) que sejam capazes de articular os interesses de diversos atores envolvidos na atividade de tecelagem tradicional do município de Resende Costa - MG. Essa hipótese esteve apoiada em análise de trabalhos desenvolvidos acerca do tema abordado no referencial teórico, assim como no caso da atividade artesanal têxtil deste município (Santos *et al.*, 1998; Silva e Neves, 2009; SILVA, 2010).

## Desenvolvimento local: aspectos gerais

Apesar da existência de contribuições teóricas importantes acerca do tema desenvolvimento, o mesmo ainda é utilizado de forma confusa e indiscriminada sem grande preocupação em atribuir uma concepção exata. Essa diversidade é tão grande que para Sachs (2000), as características básicas para qualquer conceito, clareza e objetividade, parecem não se aplicar quando se trata do termo desenvolvimento. Isso tem ocorrido devido à multiplicidade de adjetivos que acompanham o substantivo “desenvolvimento”. Assim, para Boisier (2001), o que se observa é uma verdadeira proliferação de desenvolvimentos: territorial, regional, local, endógeno, sustentável, humano, dentre outros.

Associado a isso, Siedenberg (2006) evidencia que há imprecisões no conceito de desenvolvimento. Mas, para esse autor, isso é vantajoso sob o aspecto político, pois muitas vezes o termo chave é empregada como forma de garantir certa consistência ao comunicado. A não definição concreta para desenvolvimento abre espaço para diferentes interpretações e justificativas para qualquer resultado. Assim, desenvolvimento é um termo genérico subentendido automaticamente sem a preocupação de atribuir dimensões conceituais básicas. Somado a isso, aspectos ideológicos interferem nesse conceito e não são as características do mesmo que são controversas, mas a explicação de suas causas (SIEDENBERG, 2006).

A partir da década de 80, diante da nova configuração do papel dos governos locais, abriram-se espaços para debates e construção de definições relativas à promoção do desenvolvimento local, que passa a ser uma das principais incumbências dos governos municipais (LIMA, 2000). Nesse sentido, para Ckagnazaroff *et al.* (2008), as novas dinâmicas que buscavam promover o desenvolvimento surgiram no bojo das transformações que colocaram em crise o tipo de desenvolvimento em que o Estado se apresentava como indutor e promotor. Se antes o desenvolvimento era tido apenas como crescimento econômico, passa a ser definido como uma relação mais próxima com o nível local e com a qualidade de vida.

Para Gómez (2001), na composição do conceito de desenvolvimento local é possível visualizar um “mínimo múltiplo comum” entre as tendências que utilizam o conceito. Para o autor, a ênfase na participação dos diversos agentes sociais locais na articulação das estratégias de desenvolvimento, a busca pela melhoria da qualidade de vida da comunidade e a utilização eficiente de recursos endógenos são alguns dos componentes do arcabouço básico

do que se entende pelo termo desenvolvimento local. Esse termo pode ser entendido como:

[...] um *processo endógeno* registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo econômico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da *mobilização das energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades e potencialidades* específicas (BUARQUE, 1999, p.9, *itálico no original*).

Para Ckagnazaroff *et al.* (2008), é essencial nesse processo endógeno que a comunidade avalie sistematicamente seu progresso e desenvolva competências que lhes permitam suprir necessidades imediatas, diagnosticar e incentivar suas vocações locais e fomentar a interação com o meio externo, tendo em vista suas especificidades.

De acordo com Leroy (1998), o desenvolvimento local pode ser interpretado de dois modos: o primeiro avalia o local enquanto plataforma de integração com o mercado globalizado; e o segundo, o local é o ponto de partida para inventar uma nova economia.

No primeiro modo são os municípios, e não o país, quem oferecem as vantagens comparativas capazes de criar uma plataforma de integração com o mercado globalizado. O revigoramento do local acontece porque esse mercado precisa de lugares para se estabelecer, ainda que seja por um curto período de tempo, e depois migrar para outras regiões. Esse modo de desenvolvimento gera fragmentação das nações e enclaves, já que seus efeitos têm caráter centralizado por não envolver a participação de diversos atores e, unidimensional por considerar apenas a dimensão econômica (LEROY, 1998).

O segundo modo de desenvolvimento local, que Leroy (1998) considera mais apropriado com relação ao Brasil, entende que a economia globalizada não dá conta de todo o território e tampouco da sociedade. Nesse sentido, o local serve como ponto de partida para rever o desenvolvimento, para se pensar na criação de novas dinâmicas de desenvolvimento que se baseiam nas necessidades que as pessoas têm de sobreviver. Assim, apenas no local se conseguiriam as condições necessárias para a reorganização econômica, reconstrução de formas de trabalho, de organização social e de criação de novas dinâmicas de desenvolvimento.

Ao descrever a noção de qual seja o espaço ou território de atuação para o planejamento do desenvolvimento local, Leroy (1998) considera que a utilização isolada de recorte físico e administrativo não é suficiente para delimitar uma região, para tanto, o conceito de vocação tem sido empregado com maior frequência. Todavia, vocação é algo relativo que envolve não somente os recursos existentes no território ou o que ele oferece, mas também a riqueza das pessoas, suas experiências, habilidades e competências adquiridas.

Para Boiser (2001), existem diferentes razões que justificam o conceito de desenvolvimento local e, não poucos erros práticos provêm de uma má combinação de instrumentos e racionalidades. O autor faz uma crítica à tentativa de se copiar instituições e medidas de desenvolvimento local inspirado em experiências e modelos da Europa e tentar reproduzi-las em instituições na América Latina. A justificativa da crítica reside no fato de que o desenvolvimento local praticado na Europa surgiu como uma resposta a crises macroeconômicas, enquanto que na América Latina o desenvolvimento local é a expressão de uma lógica de regulação horizontal (BOISER, 2001).

Da análise dos estudos que se preocupam com a questão da dinâmica do desenvolvimento local, é possível constatar que se antes o conceito de desenvolvimento estava vinculado apenas ao aspecto do crescimento econômico, agora passa a envolver uma discussão mais próxima do nível local com a participação democrática e efetiva dos indivíduos e grupos. Surgem, então, como consequências dessa postura, novas abordagens, como a que descreve o papel de estruturas de governança e que será apresentada nesse trabalho, que representam fontes ou instrumentos de promoção do desenvolvimento a local.

### **Governança local: aspectos teóricos e perspectivas organizacionais públicas**

O termo governança pode ser classificado em dois grupos, segundo a ênfase que é atribuída ao seu significado (RODRIGUES e MALO, 2006). O primeiro grupo compreende conceitos que interpretam governança enquanto sinônimo de práticas de controle cujo destaque é atribuído à discussão dos papéis do conselho de administração e ao conflito de interesse existente entre gestores e proprietários ou acionistas (*agency theory*). O segundo grupo corresponde a “visões alternativas” de governança, que possibilitam uma compreensão ampliada, embora não seja negligenciado o papel

dos conselhos e, tampouco a existência de conflitos de interesse. Nesse segundo grupo, o destaque está no emprego de práticas de governança enquanto instrumento que permite o exercício coletivo do poder e o desenvolvimento de processos estratégicos participativos e solidários.

Fischer (2002), ao conferir maior atenção às questões sobre o exercício do poder, em processos decisórios participativos e solidários, define que o conceito de governança participativa parte da idéia geral do estabelecimento de práticas democráticas locais por meio da intervenção e participação de diferentes atores públicos, privados e sociedade civil organizada nos processos de decisões locais.

Suzigan *et al.* (2007) fundamenta a discussão sobre governança em sistemas produtivos locais que diz respeito à capacidade de comando ou coordenação que certos agentes (empresas, instituições, ou mesmo um agente coordenador) exercem sobre as inter-relações produtivas, comerciais, tecnológicas e outras, influenciando decisivamente o desenvolvimento do sistema ou arranjo local. Os autores destacam as complexidades envolvidas no processo de utilização de práticas de governança em arranjos produtivos locais (APL). Para esses, os principais desafios estão relacionados ao difícil equilíbrio que o formato de governança deve manter entre cooperação e competição e a não existência de um modelo de aplicação genérica para governança em APL. Essas complexidades observadas pelos autores revelam que as estratégias de governança estão condicionadas a um conjunto de características específicas de cada local que inclui suas oportunidades, vocações e enclaves. Portanto, essa verificação implica considerar a governança a partir de contextos particulares o que sugere que a governança dos territórios produtivos deva ser local.

Almeida *et al.* (2008) consideram que a base conceitual da governança corporativa está fundamentada em um conjunto de princípios essenciais e universais aplicáveis tanto para organizações do setor privado quanto do setor público. Todavia, a governança corporativa no setor público transcende os princípios da governança corporativa em empresas do setor privado pela razão de incorporar um conjunto de interesses dos *stakeholders*, representados pelos sistemas político e social, decorrente das ações políticas e de demandas da sociedade nos regimes democráticos.

Ckagnazaroff *et al.* (2008) descreve que a abordagem de governança local se ocupa com a inter-relação entre governo, agentes de mercado e atores sociais, em processo de promoção e coordenação de ações de inclusão social e consolidação e ampliação de participação do cidadão nos processos decisórios relacionados a políticas públicas e à sociedade. Nesse sentido, governança transcende o conceito

tradicional estatal e aponta para formas adicionais de condução social que tem reflexos sobre as capacidades de desenvolvimento econômico local. Segundo Ckagnazaroff *et al.* (2008), discussões envolvendo práticas descentralizadoras, engajamento e participação da sociedade civil e agentes de mercado e, diagnóstico e incentivo das vocações locais são algumas das nuances presentes quando do estabelecimento de arranjos de governança considerados indispensáveis para se pensar em desenvolvimento local.

Guerreiro *et al.* (2009) contribuem para a discussão sobre estrutura de governança ao caracterizar três formas segundo as quais a governança pode se apresentar: hierárquica, rede e participativa. Na primeira forma, a governança é claramente exercida por um único ator, com real ou potencial capacidade de coordenar as relações econômicas e tecnológicas no âmbito local e é denominada como expressão hierárquica de governança. Na segunda forma, a governança é caracterizada pela existência de aglomerações de empresas sem que um ator isolado exerça o papel de coordenação das atividades econômicas e tecnológicas, essa expressão é definida como governança em rede. A terceira forma de expressão envolve diversos atores institucionais (poder público, empresariado, associações e universidades) e possibilita a integração de interesses antes difusos em oportunidades de tomadas de decisões estratégicas e inovadoras, que é definida como governança participativa.

Ao tratar da governança do desenvolvimento local, Guerreiro *et al.* (2009) afirma que as ações dos agentes e/ou atores envolvidos no processo de desenvolvimento local devem estar ajustadas à questão da sustentabilidade, que requer o reconhecimento e a valorização da interdependência de forma participativa dos agentes do desenvolvimento, abrindo espaço para a promoção da governança participativa. Para que isso ocorra, o autor acredita que o elemento inovação deva ser visto como um aspecto catalisador da mudança de paradigma o que sugere a criação de novos produtos, redesenho de processos existentes e a reflexão do modelo de negócios das organizações, bem como as matrizes locais de desenvolvimento.

Apesar de existir de fato uma tendência para a absorção do referencial, de princípios e critérios de governança corporativa que servem de plano de fundo para o estabelecimento de práticas e políticas em contextos específico, tais como governança em APL ou sistemas produtivos (SUZIGAN *et al.*, 2007), governança em rede e governança participativa (GUERREIRO *et al.*, 2009), governança no setor público (OCDE, 2005; ALMEIDA *et al.*, 2008) e governança local ou democrática (FISCHER, 2002; CKAGNAZAROFF *et al.*, 2008) é



fundamental o reconhecimento de que essas práticas de boa governança universalmente recomendáveis e aceitas são sensíveis a aspectos ambientais, culturais, institucionais e regulatórios.

A respeito da complexidade e das falhas referentes ao estabelecimento de práticas de boa governança, Fonseca e Bursztyn (2009) alertam que a adoção das metodologias participativas dos Manuais de Boa Governança pode reforçar e reproduzir desigualdades, uma vez que representam um conjunto de características gerais que têm sua implementação baseada em elementos previamente determinados, em experiências bem sucedidas em um dado contexto, o que não garante, todavia, que a mesma eficiência se repetirá em outra situação, podendo sofrer modificações ou até mesmo distorções, em razão da diversidade cultural, social, econômica e histórica do local.

Garcia *et al.* (2004) coadunam com Fonseca e Bursztyn (2009) e afirmam que a existência de formas de governança não garante que seja eliminada as assimetrias de poder nas interações entre os agentes locais. Ao contrário, o que ocorre muitas vezes, é que aqueles que detêm ativos estratégicos da cadeia produtiva local se apropriam de vantagens que os demais integrantes ou agentes locais não possuem, fazendo com que seja reforçada as diferenças de poder.

A partir das teorizações acerca de governança apresentadas, observou-se que esse conceito sofre influências de aspectos econômicos, políticos, culturais, ambientais e sociais. Portanto, é preciso que se considere que não obstante a propagação de experiências de sucesso, o ponto de partida para a formulação e implementação de estratégias de governança são as características particulares e específicas do local ou do território dado, que o motivo da eficiência e do sucesso dessas experiências tende a ser a originalidade de suas práticas.

## **Procedimentos metodológicos**

O método do estudo de caso foi o empregado para analisar o mercado da tecelagem tradicional de Resende Costa para identificação e caracterização do tipo de desenvolvimento ou crescimento observado e a verificação da existência de estruturas de governança. A estratégia utilizada foi a associação de pesquisa bibliográfica com pesquisa quantitativa proveniente de dados secundários de Silva (2010), nos quais o mercado foi analisado a partir de dois elos característicos do sistema produtivo da tecelagem tradicional: a produção domiciliar e as organizações comerciais. Assim, os dados analisados nesse trabalho

compuseram uma amostra intencional de 664 domicílios e 69 estabelecimentos comerciais.

O pressuposto defendido neste artigo foi a de que não existem práticas, políticas, estruturas ou formas de coordenação (governança) que seja capaz de articular os interesses de diversos atores envolvidos na atividade da tecelagem têxtil tradicional do município de Resende Costa - MG. Para investigar o pressuposto assumido, foram analisadas categorias analíticas presentes no banco de dados de Silva (2010): 1) **Evidências de desenvolvimento local:** análise da vocação e competências locais, qualidade de vida e bem estar da população, processo endógeno com participação de diversos atores; 2) **Formas de coordenação ou de comando:** análise de evidências de estruturas de governança que são capazes de fomentar o processo de desenvolvimento socioeconômico local do mercado da tecelagem têxtil tradicional do município de Resende Costa.

A realização da primeira análise proposta neste artigo, investigação de evidências de desenvolvimento local, foi feita a partir da seleção de dados (SILVA, 2010) relativos à utilização eficiente de recursos endógenos, à ênfase na participação de diversos atores sociais e à busca pela melhoria da qualidade de vida da comunidade. Essas categorias analíticas foram investigadas a partir da discussão teórica de Leroy (1998), Santos *et al.* (1998), Gómez (2001), Amaral Filho (2001), Tapia (2005), Oliveira (2006). Ckagnazaroff *et al.* (2008).

A segunda análise do artigo, formas de coordenação ou de comando, foi feita a partir da identificação de dados (SILVA, 2010) relativos à forma de como vem sendo repassada e transmitida a informação e o conhecimento proveniente do sistema produtivo tradicional entre os diversos atores no município de Resende Costa. Foram investigados ainda, dados que versão sobre o papel da administração pública municipal nesse mercado e os principais aspectos a serem melhorados na tecelagem tradicional. Essas categorias analíticas foram investigadas a partir da discussão teórica de Leroy (1998), Fischer (2002), Suzigan *et al.* (2007), Ckagnazaroff *et al.* (2008), Fonseca e Bursztyn (2009) e Guerreiro *et al.* (2009).

A descrição dos itens citados acima (1 e 2) permitiu verificar a forma pela qual vem ocorrendo o desenvolvimento do mercado da tecelagem têxtil tradicional em Resende Costa e a existência de interações, iniciativas ou formas de coordenação na impressão de maior dinamismo entre os diversos agentes desse mercado, sobretudo, artesãos e comerciantes.

## Resultados e discussão

A tecelagem tradicional do município de Resende Costa tem como *inputs* linhas, retalhos, tesouras e teares de madeira e, como *outputs*, produtos do conhecimento próprio dessa comunidade. A produção é feita em teares rústicos de madeira nos domicílios da sede do município que para as famílias envolvidas representa uma atividade econômica que propiciou, e ainda propicia fonte de trabalho e renda local (SANTOS *et al.*, 1998).

A gestão e os processos envolvidos na atividade artesanal têxtil do município de Resende Costa estão incorporados às necessidades de desenvolvimento socioeconômico local e apontam essa economia como uma alternativa de geração de trabalho, renda e uma possibilidade real de desenvolvimento local (Silva e Neves, 2009).

O mercado da tecelagem tradicional pode ser caracterizado, grosso modo, por dois *locus* que ligam a produção ao consumo final: o *locus* da produção domiciliar e o *locus* representado pelas organizações comerciais. O primeiro é o principal responsável pela prestação de serviços, seja de tecer ou preparar material, para distribuidores da produção da tecelagem tradicional do município, que para 58,56% dos 664 domicílios entrevistados não eram somente compradores, mas também fornecedores dos materiais e para outros ainda proprietários dos equipamentos (teares principalmente). Esses compradores representam o elo entre a produção domiciliar e o consumo da tecelagem tradicional. O segundo *locus* é representado pelas organizações comerciais e assumem o controle da cadeia produtiva do mercado da tecelagem tradicional e, para aquelas que associam em seus negócios o fornecimento de insumos e a compra da produção domiciliar, esse controle é exercido de forma ainda mais intensificada (SILVA, 2010).

Com a finalidade de compreender a importância econômica da atividade de tecelagem tradicional para o município de Resende Costa, os dados de Silva (2010) revelaram que os valores anuais da renda dos trabalhadores e do faturamento domiciliar a partir de dados de julho de 2009 e os comparou aos valores recebidos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 2007, principal fonte de receita de pequenos municípios brasileiros. Os valores estimados para a renda anual dos trabalhadores e faturamento domiciliar correspondem, respectivamente a R\$3.692.700,00 e R\$4.724.239,68, considerando 1.045 trabalhadores que informaram a faixa de renda e 643 entrevistados que informaram tanto a produção como o valor recebido pelo serviço prestado ou peça vendida. Os valores recebidos pelo FPM,

no ano de 2007, correspondem a quantia de R\$4.909.055,75. A análise de Silva (2010) mostra que a tecelagem tradicional é uma atividade econômica que, pelas estimativas apresentadas, tem a importância monetária similar à dos repasses públicos, que são as maiores fontes orçamentárias e de recursos financeiros que movimentam a economia municipal.

De acordo com a verificação bibliográfica, existem três elementos presentes quando da descrição do conceito de desenvolvimento local. Segundo Gómez (2001), podem ser chamados de “*mínimo múltiplo comum*”. O primeiro elemento corresponde à utilização eficiente de recursos endógeno ou das capacidades e potencialidade específicas, o segundo à ênfase na participação de diversos atores sociais e o terceiro à busca pela melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Com relação à utilização eficiente dos recursos, capacidades e potencialidades próprias do local, pode-se afirmar que a atividade da tecelagem tradicional em teares manuais de madeira faz parte da história econômica de Resende Costa e pode ser considerada, fazendo uso de Leroy (1998), de uma vocação desse município, uma vez que se fundamenta não somente nos recursos existentes no local, mas no conhecimento, habilidades e experiências que as pessoas têm sobre a tecelagem tradicional.

Os dados de Silva (2010) mostram que em 61,9% dos domicílios visitados, os entrevistados afirmaram terem sido socializados no trabalho por meio da família e 23,3% por meio de vizinhos. A socialização nas unidades comerciais também foi realizada para a maioria dos entrevistados (58%) pela família. Tantos os dados referentes à socialização na unidade de produção como na unidade de comércio indicam que a vocação local tem sido reproduzida por meio de relações familiares ou de amizade entre gerações.

Não obstante, o processo de socialização está imerso em relações familiares, os dados mostram que o ingresso na atividade de tecelagem tradicional nos domicílios se dá principalmente por motivo de complementação da renda (53%), seguido de falta de opção de trabalho (18,4%). A tradição familiar representa a terceira motivação para o ingresso nesse mercado (SILVA, 2010).

A socialização no seio da família para o trabalho aliado ao ingresso no trabalho motivado pela sobrevivência, já que para 71,4% dos entrevistados a tecelagem tradicional representa uma alternativa econômica concreta no mercado local, mostram que o local, como mostra Leroy (1998), está servindo como ponto de partida para a criação de novas dinâmicas de desenvolvimento que se baseiam nas

necessidades que as pessoas têm de sobreviver. Esse modo de desenvolvimento entende que apenas no local se conseguem as condições necessárias para a reorganização econômica, reconstrução de formas de trabalho, de organização social e de criação de novas dinâmicas de desenvolvimento.

No entanto, segundo Silva (2010), o mercado da produção tradicional têxtil avança no processo de divisão do trabalho social tanto em razão da função especialista do domicílio, quanto da criação de novas ocupações para os trabalhadores nos domicílios produtores. Os dados desse autor mostram que 68% dos entrevistados nos domicílios revelaram não conhecer todo o processo produtivo. Essa perda do conhecimento das técnicas da tecelagem têxtil pelas pessoas afeta a vocação local, conforme Leroy (1998), compromete as competências das pessoas, o que elas sabem e são capazes de fazer.

A ênfase na participação de diversos atores sociais é outra característica que, segundo Gómez (2001), compõe o conceito de desenvolvimento local. A análise do mercado da tecelagem tradicional de Resende Costa permite verificar que o desenvolvimento decorrente da atividade têxtil não confere aos diversos atores envolvidos participação efetiva e consciente nas decisões que determinam a dinâmica do desenvolvimento desse mercado.

Dados relativos à participação em associação ou instituições representativas dos atores envolvidos na atividade de tecelagem têxtil de Resende Costa mostram que na produção domiciliar, apenas 1,5% dos 664 entrevistados estavam envolvidos diretamente em algum tipo de associação, sendo todos afiliados na Associação de Artesão de Resende Costa (ASARC). Com relação ao elo comercial, foi constatado que a busca por uma forma de ação coletiva foi muito mais expressiva entre os comerciantes do que entre os produtores, já que 41% dos estabelecimentos comerciais mantinham afiliação a alguma associação, todavia, dos 28 comerciantes que estavam afiliados a uma associação, apenas 5,8% estavam afiliados à ASARC (SILVA, 2010).

Os dados relativos à participação em associações indicam que, apesar da existência de competição e de problemas tanto no mercado consumidor como na produção, os proprietários dos estabelecimentos comerciais buscavam formas de cooperação para lidar com a competitividade e, por estarem organizados, são capazes de exercer maior controle sobre a cadeia de consumo e também de produção.

Além da participação em associações, outro dado que reforça o maior preparo ou coordenação do elo organizacional é o que revela que 32% dos proprietários nos estabelecimentos comerciais afirmaram já terem participado de algum curso ou treinamento, sendo que em 86%

dos casos, os temas estavam relacionados à melhoria do atendimento e das vendas, enquanto 14% o tema foi sobre associativismo e melhoria no processo produtivo (SILVA, 2010).

O desenvolvimento endógeno ou o caráter endógeno do desenvolvimento, aqui utilizando Amaral Filho (2001) e Tapia (2005), também pode ser problematizado nesse local, uma vez que o acúmulo do conhecimento e das competências técnicas tradicionais encontram-se centralizadas na figura do comerciante, que exerce controle sobre a cadeia produtiva. Portanto é o ator que possui o conhecimento de toda a técnica tradicional. Nessas condições, não se pode falar portanto, em ação estratégica que envolva diferentes atores sociais locais (artesãos, fornecedores, comerciantes, agentes representantes do poder municipal) capazes de expressar sua capacidade de controle e de internalizar o conhecimento e as informações externas que são aspectos-chave que afetam o desenvolvimento local.

O terceiro elemento característico do conceito de desenvolvimento local que compõe o “*mínimo múltiplo comum*”, citado por Gomez (2001), é a busca pela melhoria da qualidade de vida da comunidade. Ckagnazaroff *et al.* (2008) ao trabalhar com o tema desenvolvimento local considera que esse conceito deve ser empregado de uma maneira ainda mais ampla se configurando em um processo que se preocupa fundamentalmente com questões relativas à melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população local, conservação do meio ambiente e participação efetiva, organizada e democrática da população, de forma consciente, para que possa por si própria garantir de forma contínua e sustentável o processo de desenvolvimento local.

Para avaliar a qualidade de vida e bem estar da população, foram considerados os dados referentes à escolaridade, faixa de renda e reclamações dos trabalhadores nos domicílios e nos estabelecimentos comerciais (SILVA, 2010). Com relação à escolaridade, foi verificado um perfil diferenciado dos trabalhadores dos estabelecimentos comerciais em comparação com os trabalhadores dos domicílios que estavam concentrados em 54,7% na escolaridade de ensino fundamental incompleto existindo, inclusive, 2,5% de analfabetos. Nos estabelecimentos comerciais, a maioria dos trabalhadores, 57%, tinha o ensino médio completo e 26,1% o ensino fundamental completo.

De acordo com os dados de Silva (2010), a distribuição dos trabalhadores pelas categorias de faixa de renda mostra um perfil diferenciado dos trabalhadores dos estabelecimentos comerciais em comparação com os trabalhadores dos domicílios. Nos domicílios, percebe-se que 53,8% dos entrevistados estavam concentrados na faixa

de renda de até meio salário mínimo; enquanto que nos estabelecimentos comerciais, 43,5% dos entrevistados estão na faixa de meio a um salário mínimo e 39,4% na faixa de 1,5 a 3,5 salários mínimos. Os índices de 39,4% de trabalhadores nos estabelecimentos comerciais na faixa de 1,5 a 5 salários mínimos e 2,6% na faixa acima de 5 salários mínimos indicam que as ocupações nos estabelecimentos comerciais possuíam relações de trabalho formais e os trabalhadores eram melhor remunerados, o que justificaria a escolha dos que tinham mais anos de estudos pelas ocupações nos estabelecimentos comerciais (SILVA, 2010).

Os dados de Silva (2010) mostram que os entrevistados responsáveis pelos domicílios produtores consideravam como as principais reclamações dos trabalhadores as dores (31,3%), seguidas de baixa renda (29,2%), insumos (7,2%), doenças (4,5%) etc. Importante notar que a questão relativa à melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população local, apontada por Ckagnazaroff *et al.* (2008) como elemento fundamental no processo de desenvolvimento local, apresenta-se como um aspecto preocupante no caso do mercado de tecelagem têxtil de Resende Costa já que as principais reclamações dos trabalhadores nos domicílios estão relacionadas à saúde (dores no corpo) e bem-estar (baixa renda).

Oliveira (2006) estudou os postos de trabalho no sistema produtivo da tecelagem tradicional no município de Resende Costa e alertou para o risco de lesões por esforço repetitivo, que podem ser o motivo da alta frequência das reclamações sobre dores, principalmente por parte dos trabalhadores nos domicílios que, por serem remunerados pela sua produtividade, acabam intensificando e acelerando o ritmo de seus trabalhos a fim de obterem maiores ganhos de produção.

Sobre as reclamações dos proprietários nos estabelecimentos comerciais, essas estavam relacionadas em 39,1% a insumos. De maneira mais específica dentre esses 39,1% 55,56% estavam se referindo à falta de insumos, 18,5% à baixa qualidade, 7,4% ao preço elevado e 18,5% associavam essas três causas.

Santos *et al.* (1998) e Silva (2010) acreditam que provavelmente os problemas vivenciados com a falta de insumos relatados pelos entrevistados e trabalhadores da produção domiciliar e pelos proprietários dos estabelecimentos comerciais sejam um dos fatores que influenciaram a modificação do portfólio de produtos da frente de comércio do município, que atualmente não é mais formado por estabelecimentos comerciais de peças da tecelagem tradicional de Resende Costa (MG), como foi identificado por Santos *et al.* (1998).

A questão da conservação do meio ambiente também é considerada fundamental, conforme Ckagnazaroff *et al.* (2008), para a análise do desenvolvimento econômico local. Para analisar esse aspecto no mercado de tecelagem tradicional de Resende Costa, foram analisados os dados de Silva (2010) relativos à existência de sobras de matéria-prima na produção domiciliar.

Os dados referentes às sobras da produção domiciliar, basicamente restos de retalhos e linha, permitem identificar que 36,7% de 653 respondentes confirmaram a existências de sobras na produção que tiveram seis possíveis destinos: devolução para o fornecedor, doação, lixo, queima, reaproveitamento ou revenda. Dos domicílios que destinavam as sobras para o lixo ou queimavam, foi estimado mensalmente 651,5 Kg de materiais descartados, sendo 135 Kg o valor máximo descartado por domicílio e 134 Kg de matérias queimados por mês, sendo 23 Kg o valor máximo queimado por domicílio. Estima-se que 1358 Kg de matérias eram reaproveitados mensalmente e 113 Kg revendidos (SILVA, 2010).

A destinação de sobras da produção para o lixo ou queima chama atenção não somente pelo fato de serem práticas agressivas ao meio ambiente, mas também porque indicam que existe um desconhecimento ou despreparo dos produtores acerca dos benefícios, tanto ambientais quanto econômicos, que o reaproveitamento desses materiais pode proporcionar. Planejar a máxima utilização dos insumos na atividade da tecelagem tradicional e um destino adequado às sobras é um procedimento de interesse e de responsabilidade de todos os atores envolvidos no mercado da tecelagem tradicional, sobretudo, produtores domiciliares, comerciantes, mas também de toda a população e principalmente da administração pública municipal, principalmente pelo fato desses materiais estarem diretamente relacionados a um dos principais problemas identificados neste mercado que corresponde à escassez de insumos e, aliado à questão de conservação ambiental, compromete o desenvolvimento local da tecelagem tradicional desse município.

Da análise das questões relativas à qualidade de vida e do bem-estar da população local, conservação do meio ambiente e participação efetiva, organizada e democrática da população por meio de representações de interesses múltiplos, como as associações; é possível afirmar, de acordo com Ckagnazaroff *et al.* (2008), que a ausência de práticas de governança capazes de representarem os interesses, expectativas e problemas dos diversos atores (produtores, comerciantes, atores do estado e sociedade civil) que estão envolvidos



no mercado da tecelagem tradicional impõem limites ao desenvolvimento local contínuo e sustentável desse sistema produtivo.

A segunda análise a que se propõe esse artigo está relacionada à investigação de evidências de estruturas de governança que sejam capazes de fomentar o processo de desenvolvimento socioeconômico local do mercado da tecelagem têxtil tradicional do município de Resende Costa. Para tanto, foram analisados aspectos que versão sobre a forma como vem sendo repassada e transmitida toda a informação e o conhecimento proveniente desse mercado entre os diversos atores. Foram investigados ainda os dados que versão sobre o papel da administração pública municipal nesse mercado e os principais aspectos a serem melhorados na tecelagem tradicional.

Os dados relativos à participação em associações mostraram que a organização ou cooperação por parte dos proprietários dos estabelecimentos comerciais é mais expressiva (41%) quando comparada à participação dos entrevistados no elo domiciliar (1,5%). Outro aspecto que reforça o papel que os comerciantes exercem sobre o mercado da tecelagem têxtil tradicional de Resende Costa é o conhecimento que os mesmos possuem acerca dos canais de fornecimento e consumo da produção têxtil, portanto representam um elo entre a demanda e a oferta do mercado com a produção domiciliar.

De acordo com Fischer (2002), o exercício do poder e do controle pelo elo organizacional dos processos decisórios acerca do sistema produtivo da tecelagem tradicional em Resende Costa impõe barreiras para o estabelecimento de arranjos ou práticas democráticas locais de governança participativas, já que essas pressupõem a intervenção e participação solidária de diferentes categorias de atores, o que, conforme os dados apresentados por Silva (2010), indicam que não vem ocorrendo nesse mercado municipal.

Para o estabelecimento de arranjos ou práticas de governança que contribuam para o desenvolvimento local do sistema produtivo da tecelagem tradicional em Resende Costa, é necessário, como mostram Suzigan *et al.* (2007), Ckagnazaroff *et al.* (2008) e Fonseca e Bursztyn (2009), que sejam consideradas as características específicas do local que conferem oportunidades, vocações e desafios ao estabelecimento de boas práticas de governança.

Com relação à vocação, segundo Leroy (1998) e Ckagnazaroff *et al.* (2008), os dados obtidos de Silva (2010) mostram que a técnica tradicional foi dividida e 68% dos entrevistados nos domicílios não conheciam todo o processo produtivo, em contrapartida, dos 76 proprietários entrevistados, 60% consideram conhecer todo o processo produtivo da tecelagem tradicional do município. Essa perda do

conhecimento da técnica tradicional por parte do produtor e a falta de incentivo à vocação local reforçam a concentração de poder no elo organizacional comercial que assume a posição de comando dos processos estratégicos referentes à cadeia de produção e de consumo da tecelagem tradicional.

O caso do mercado da tecelagem tradicional têxtil do município de Resende Costa mostra que os principais desafios ao estabelecimento da governança neste mercado, conforme aponta Suzigan *et al.* (2007) e Fonseca e Bursztyrn (2009), estão relacionados à concentração do poder e controle do elo comercial sobre a cadeia de produção e de consumo que impede ou impõe limites à participação democrática e ao estabelecimento de um conjunto de procedimentos participativos de descentralização.

Os dados referentes aos problemas com a produção domiciliar e problemas com o comércio também reforçam a importância e necessidade de se pensar e planejar o estabelecimento de práticas de governança capazes de gerenciar os diferentes interesses e impulsionar o desenvolvimento local no mercado de tecelagem tradicional. Os principais problemas apontados nos domicílios, quando da execução das atividades da produção domiciliar foram, conforme Silva (2010), a falta de retalhos (26,8%) e a remuneração baixa (20%). Nos comércios, os principais problemas relatados pelos proprietários foram o grande número de concorrentes na cidade (29%), a remuneração baixa (16%), falta de trabalhadores (16%) e falta de retalhos (11,6%). É possível verificar, pela análise dos dados, que a escassez de insumos constitui um ponto crítico comum no mercado local sob a perspectiva de ambos os atores, já que foi apontado como o principal problema da produção domiciliar (26,8%) e principal reclamação dos proprietários comerciantes (39,1%).

A análise de Silva (2010) não aponta para aspectos relevantes que indicassem a participação ou atuação da gestão pública municipal no mercado da tecelagem têxtil tradicional do município de Resende Costa. A não atuação do poder público enquanto ator responsável pela consecução de objetivos públicos pode ser apontado como fator, embora não único ou principal, que explica a não identificação de práticas de governança capazes de promover o desenvolvimento de processos estratégicos participativos e solidários referentes ao sistema produtivo da tecelagem tradicional no município de Resende Costa.

Com relação aos aspectos que poderiam ser melhorados na tecelagem tradicional, a falta de inovação das peças e de coordenação do sistema local produtivo, conforme Guerreiro *et al.* (2009), apresentam-se como características que sugerem falta de

reconhecimento e de valorização da interdependência de forma participativa dos agentes do desenvolvimento, o que impõe barreiras à promoção da governança participativa. Os dados de Silva (2010) apontam que dos 664 entrevistados na unidade de produção, apenas 12% criavam novas peças e para 49 proprietários que apontaram aspectos que deveriam ser melhorados na tecelagem tradicional, 34,8% disseram ser a criação de novas peças e serviços.

Portanto, de acordo com Buarque (1999), Gomez (2001) e Ckagnazaroff *et al.* (2008) que discutem o conceito e as principais características de um processo de desenvolvimento local, observou-se que a dinâmica pela qual vem passando o município de Resende Costa, em razão do crescimento e do destaque da atividade de tecelagem tradicional, não vem promovendo ações típicas do processo e do conceito de desenvolvimento local.

## Conclusões

A partir da discussão realizada, conclui-se que não há evidências, incentivos ou práticas estabelecidas de governança que pudessem impulsionar ou dar sustentabilidade ao processo de desenvolvimento local do mercado de tecelagem tradicional no município de Resende Costa. Contudo, isto não significa dizer que não está em decurso um processo de crescimento, mas que esse processo não tem dado conta de promover articulação dos interesses e perspectivas entre todos os atores envolvidos neste território.

Foi demonstrado que, com relação à utilização eficiente dos recursos endógenos e do uso das capacidades e potencialidades da atividade estudada no caso específico, o mercado da produção de tecelagem tradicional avança no processo de divisão do trabalho social o que vem provocando a perda do conhecimento e do domínio do processo produtivo, sobretudo, por parte daqueles envolvidos na produção domiciliar.

Sobre a participação efetiva e democrática dos atores públicos e privados e da sociedade civil, a análise dos dados mostrou que a concentração do poder e controle do elo comercial sobre a cadeia de produção e de consumo vem impondo limites à participação democrática e ao estabelecimento de um conjunto de procedimentos e ações participativas que possam garantir a descentralização. A falta de participação em associações e a falta de capacitação por parte dos atores envolvidos na produção domiciliar têm contribuído para o fortalecimento do elo organizacional sobretudo nos processos de tomadas de decisão.

Com relação à busca pela melhoria da qualidade de vida da comunidade, elemento que também faz parte do composto que caracteriza o desenvolvimento local, a pesquisa demonstrou que existe considerável discrepância quando comparado o *locus* da produção domiciliar com o *locus* representado pelas organizações comerciais do setor. Para se ter uma noção com relação à qualidade de vida dos trabalhadores na produção domiciliar e dos proprietários dos estabelecimentos comerciais, foram investigados dados relativos à escolaridade, renda e reclamações. Todas as análises evidenciaram desigualdades, comparando os dois lócus e maiores dificuldades para o elo da produção domiciliar.

O artigo mostrou que para o estabelecimento de práticas de governança capazes de incentivar competências e vocações locais, práticas descentralizadoras e engajamento e participação dos atores públicos e privados e da sociedade civil é necessário que hajam diálogos entre produtores domiciliares, organizações comerciais e administração municipal, bem como a descentralização do poder e do controle sobre o elo das organizações comerciais.

As principais particularidades e limitações ao desenvolvimento do mercado de tecelagem tradicional de Resende Costa que foram identificadas são: escassez de insumos para a produção da tecelagem tradicional, fragmentação do conhecimento das técnicas tradicionais que prejudica a vocação do município, alta frequência de reclamações sobre dores por parte dos produtores e práticas inadequadas de destinação de sobras de matérias decorrentes da atividade produtiva tradicional.

Essas limitações poderiam servir de objeto para discussão e atuação coletiva por meio do estabelecimento de um conjunto de processos participativos de descentralização decorrente da relação entre os representantes da produção domiciliar, representantes das organizações comerciais, membros da comunidade e administração pública municipal. Estratégias e práticas de governança pautadas em consenso entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento local possibilitariam a transformação de interesses antes difusos em oportunidades de tomada de decisões estratégicas participativas, solidárias e inovadoras.

A respeito da participação do poder público municipal de Resende Costa, verificou-se que, não obstante a representatividade econômica do mercado da tecelagem tradicional para o município, não foram encontrados dados significativos que indicassem intervenção ou atuação administrativa municipal em prol do estabelecimento de estrutura de governança que contribuísse para o planejamento do

desenvolvimento socioeconômico local do sistema produtivo de tecelagem tradicional a fim de aumentar a eficiência e a legitimidade do mesmo.

Sendo assim, para que os trabalhadores envolvidos na produção domiciliar melhorem sua qualidade de vida e aumente sua qualificação, sobretudo em termos de criação de novas peças e melhoria de processos, para se apropriarem de montantes mais significativos do valor gerado pelo mercado de tecelagem tradicional, eles devem se organizar e buscar esses objetivos de forma estruturada, e intencional. Ou seja, deve ser uma meta perseguida pelos agentes locais por meio do desenvolvimento de ações conjuntas, o que envolve a criação de centros de tecnologia, formação e fortalecimento de associações, etc.

Sobre o pressuposto assumido neste artigo e apresentado nos procedimentos metodológicos, pode-se dizer que foi aceito uma vez que, de acordo com a análise dos dados de Silva (2010), não foram identificadas no estudo organizações ativas e participativas no mercado da tecelagem tradicional que pudessem exercer sua governança, com a articulação dos interesses de todos os atores envolvidos na dinâmica do desenvolvimento desse mercado.

O estudo do mercado da tecelagem tradicional de Resende Costa permitiu constatar que é essencial, no processo de desenvolvimento local do mercado da tecelagem tradicional, que a comunidade, aqui inclusos os diversos atores que compõem e estão de alguma forma envolvidos ou afetados pela atividade de tecelagem tradicional, avaliem sistematicamente seu progresso e desenvolvam competências que lhes permitam suprir necessidades imediatas, como a escassez de insumos, diagnosticar e incentivar suas vocações locais e fomentar a interação com o meio externo, tendo em vista o potencial da atividade desenvolvida.

## Referências

ALMEIDA, F. A. S.; KRUGLIANSKAS, I.; SANTOS, S. A.; GUIMARÃES, A. T. R. G. A Governança Corporativa em Empresa Pública e a Visão de suas Práticas pelos *Stakeholders*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 32, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro, RJ: ANPAD, 2008. CD.

AMARAL FILHO, J. do. Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. *Planejamento e políticas públicas*, n.23, jun. 2001.

ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. **Governança Corporativa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BUARQUE, S. C. Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável. **Projeto de Cooperação técnica INCRA/IICA**. Recife, p.9, 1999.

BOISIER, S. Desarrollo (Local): De qué estamos hablando? In. MANDOERY, O.; BARQUERO, A.V. (Orgs.). **Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local**. Rosário: Homo Sapiens, 2001.

CKAGNAZAROFF, I. B.; PEREIRA, L. Z.; ANDRADE, C. R de; ABREU, B. V de. Governança em planejamento e desenvolvimento local: uma análise teórica. **Revista de Ciências Humanas**, v.8, n.2, p. 171-191, jul./dez. 2008.

FISCHER, T. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FONSECA, I. F.; BURSZTYN, M. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Sociedade e Estado**, v.24, n.1, p.17-46, jan./abr. 2009.

GARCIA, R.; MOTTA, F. G.; AMATO NETO, J. Uma análise das características da estrutura de governança em sistemas locais de produção e suas relações com a cadeia global. **Gestão & Produção**, v.11, n.3, p.343-354, set./dez. 2004.

GÓMEZ, J. M. A questão do desenvolvimento” nas reformulações da política agrária brasileira: reflexões iniciais. **Pegada Eletrônica**, Maringá, v.2, n.2, set./out. 2001.

GUERREIRO, E. P.; MONTEIRO, E. S.; NANNI, H. C. Desenvolvimento Sustentável e Governança Participativa: Arranjo Produtivo Local e Parque Tecnológico de Santos. In: INTERNATIONAL WORKSHOP ADVANCES IN CLEANER PRODUCTION, 2, São Paulo. **Anais**. São Paulo. Disponível em <http://www.advancesincleanerproduction.net.pdf>. Acessado em 20 de outubro de 2009.

LEROY, J. Entrevista Jean-Pierre Leroy. **Revista Proposta**, v.77, p.33-41, jun./ago., 1998.

LIMA, A. L. C. Abordagens Teóricas sobre o Desenvolvimento Econômico Local: Idéias Inovadoras no Debate sobre essa Antiga Questão? **Organização e Sociedade**, v.7, n.18, mai./ago. 2000.

OLIVEIRA, F. de. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? **Polis**, Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, São Paulo, 2001. 40p.

RODRIGUES, A. L.; MALO, M. C. Estruturas de governança e empreendedorismo coletivo. **Revista de Administração Contemporânea**, v.10, n.3, p.29-50, 2006.

SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, C. L. ;SILVA, G.M.; MORETTI, A.R. **Artesanato**. São João Del Rei: Funrei, 1998.

SANTOS, M. C. L.; SILVA, G. M. **Tear o artesanato de Resende Costa**. São João Del Rei: Funrei, 1997.

SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento. **Cadernos EBAPE.BR**, v.4, n.4, dez. 2006.

SILVA, G. M. **Mercados como construções sociais**. 2010. 359f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SILVA, G. M.; BRASIL, F. P. D. Governança municipal e gestão social do desenvolvimento local. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 32, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, RJ: ANPAD, 2008. CD.

SILVA, G. M.; EMMENDOERFER, M.L.; NEVES, J. A.B. Artesanato: comércio e inovação na indústria de base artesanal. In: WOOD JR., T.; BENDASSOLLI, P. F.; KIRSCHBAUM, C.; CUNHA, M. P. (orgs.). **Indústrias criativas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, G. M.; NEVES, J. A. B. Turismo e indústria criativa artesanal têxtil. **Pasos - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v.7, n.3, p.461-473, 2009.

SUZIGAN, W.; GARCIA, R.; FURTADO, J. Estruturas de governança em arranjos ou sistemas locais de produção. **Gestão da Produção**, v.14, n.2, p. 425-439, mai./ago. 2007.

TAPIA, J. R. B. Desenvolvimento local, concertação social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **São Paulo em perspectiva**, v.19, n.1, p. 132-139, jan./mar. 2005.